

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**  
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL DA**  
**REPÚBLICA AUGUSTO ARAS**

MARIA DO ROSÁRIO NUNES, brasileira, solteira, professora e Deputada Federal pelo PT/RS, RG nº [REDACTED] SSP-RS, CPF nº [REDACTED], com endereço profissional no Gabinete 312, Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP: 70.160-900, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no Art. 51, inciso I, da Constituição Federal; e também no Art. 13, inciso I, combinado com os Art.7º, item 9 e Art. 9º, item 7, da Lei 1.079/50; bem como no artigo 218 do Regimento Interno desta Egrégia Casa, vêm apresentar **DENÚNCIA em face do MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Sr. MILTON RIBEIRO**, haja vista a prática de **CRIME DE RESPONSABILIDADE**, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.

## **1. DOS FATOS**

No dia 09 de agosto de 2021 o Ministro de Estado da Educação, Sr. Milton Ribeiro, em entrevista ao programa "Sem Censura" da TV Brasil<sup>1</sup>, emissora pública de televisão, declarou que:

"O que é inclusivismo? A criança com deficiência é colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. **Ela não aprendia, ela 'atrapalhava'** – entre aspas, essa palavra eu falo com muito cuidado – ela atrapalhava o aprendizado dos outros,

---

<sup>1</sup> Programa "Sem Censura". Disponível em < <https://tvbrasil.ebc.com.br/sem-censura/2021/08/ministro-da-educacao-milton-ribeiro-e-o-convidado-do-sem-censura>> acesso em 16/08/2021;

porque a professora não tinha equipe, não tinha conhecimento para dar a ela atenção especial”<sup>2</sup>,

Na mesma entrevista o referido ministro também declarou que **"universidade deveria, na verdade, ser para poucos"**<sup>3</sup>.

As declarações falam por si. Ainda assim cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, tratam-se de declarações que partem da autoridade responsável pela condução das políticas de educação em todo o país. Ou seja, tratam-se de declarações carregadas pelo simbolismo da autoridade máxima ocupante do cargo responsável pela educação brasileira.

Neste diapasão, as palavras de um Ministro de Estado não são meras opiniões sem efeito, sem repercussão social concreta na vida da população. Quando proferidas ganham o peso e relevância de sua autoridade. Proferidas publicamente em veículo de imprensa, em emissora pública, para toda a população brasileira ouvir faz suas palavras ganharem amplificação, projeção nacional. Cabe recordar que o Ministro da Educação assinou, junto ao Presidente da República e a Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, o Decreto nº 10.502, de 2020, um instituto legal segregacionista e discriminatório contra crianças e adolescentes com deficiência, atualmente suspenso por força liminar do Supremo Tribunal Federal em julgamento de ADPF sobre o tema.

Ou seja, as palavras de um Ministro ganham repercussão social e são capazes de influenciar não apenas os gestores públicos das mais diversas alçadas responsáveis pela governança, sejam oriundos da esfera pública ou privada, as palavras de um excelentíssimo ministro ecoam e reverberam em toda a sociedade, influenciado desde o mais alto escalão da administração, até o mais simples cidadão na privacidade de sua residência.

---

<sup>2</sup> Fonte Metro1, disponível em < <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/110642,alunos-com-deficiencia-atrapalham-afirma-ministro-da-educacao> >, acesso em 16/08/2021.

<sup>3</sup> Fonte Metro 1, disponível em < <https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/110360,universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao>>. acesso em 16/08/2021.

Dessa maneira, quando as declarações de um Ministro de Estado manifestam preconceito, discriminação e elitismo, tais como foram as realizadas pelo Sr. Ministro de Estado como visto acima, resta cristalina a sua impossibilidade em ocupar um cargo de mais alta importância. Ministério cuja cadeira já esteve ocupada por ilustres brasileiros, tais como Gustavo Capanema Filho, Darcy Ribeiro, e mais recentemente por Fernando Haddad e Renato Janine Ribeiro.

## **2. DO CRIME DE RESPONSABILIDADE**

Inicialmente cumpre destacar que de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe a esta Excelsa Corte processar e julgar Ministro de Estados nos crimes de responsabilidade não conexos com crimes de responsabilidade do Presidente da República, isto é, nos casos de crimes de responsabilidade autônomos, conforme a ementa do julgado que se segue:

O processo de impeachment dos ministros de Estado, por crimes de responsabilidade autônomos, não conexos com infrações da mesma natureza do presidente da República, ostenta caráter jurisdicional, devendo ser instruído e julgado pelo STF. Inaplicabilidade do disposto nos arts. 51, I, e 52, I, da Carta de 1988 e 14 da Lei 1.079/1950, dado que é prescindível autorização política da Câmara dos Deputados para a sua instauração. Prevalência, na espécie, da natureza criminal desses processos, cuja apuração judicial está sujeita à ação penal pública da competência exclusiva do MPF (CF, art. 129, I). Ilegitimidade ativa ad causam dos cidadãos em geral, a eles remanescendo a faculdade de noticiar os fatos ao Parquet. [Pet 1.954, rel. min. Maurício Corrêa, j. 11-9-2002, P, DJ de 1º-8-2003.]

Além disso, também está firmemente assentado que nestes casos a prerrogativa para a propositura da Ação Penal é do Ministério Público. Aliás, nesse sentido vale reproduzir trecho de decisão do Ministro Lewandowski em Agravo Regimental na Petição nº 8.680 - que inclusive reproduziu manifestação do MPF em seu *decisium*:

"(...) Os argumentos centrais são os seguintes: (i) o presente procedimento não ostenta natureza jurídico-criminal, pois se trata de infração político administrativa; (ii) os fatos narrados amoldam-se ao crime de responsabilidade na modalidade imprópria (art. 58, § 3º, da CF/88); (iii) a legitimidade de agir dos cidadãos se coaduna com a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento de ação proposta pela iniciativa popular (art. 102, I, c, da CF/88).

O Ministério Público Federal (MPF) ofereceu parecer, opinando pelo desprovimento do recurso. Veja-se: "Constitucional. Criminal. Crime de responsabilidade. Ilegitimidade ad causam do Parlamentar. O princípio acusatório se presta a blindar o Poder Judiciário com uma sistêmica isenção quanto ao resultado da persecução penal, mas também blinda os potenciais réus do manejo da ação penal por qualquer outro motivo que não seja uma convicção segura de um órgão técnico com garantias constitucionais e monopólio da ação penal. A iniciativa persecutória é de tal modo gravosa que o constituinte retirou-a do universo dos atingidos ou indignados com as condutas criminosas e nem mesmo ao isento juiz se permitiu o seu manejo, justamente para que não perdesse sua isenção. O sistema de governo presidencialista se caracteriza pela duração rígida dos mandatos nos Poderes Legislativo e Executivo. Não há a interrupção antecipada dos mandatos nas hipóteses de perda de confiança típicas dos sistemas de governo parlamentaristas. Parecer pelo desprovimento do agravo." (fl. 74 – sem os grifos do original) (...)"

O crime de responsabilidade de Ministros de Estados são aqueles tipificados pela Lei nº 1079 de 1950. Neste diploma legal estão previstas quais são as condutas passíveis de responsabilização dos Ministros. Mais precisamente nos reportemos ao seu art. 7º, item 9, que assim disciplina:

"Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais: 9 - violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do art. 141 e bem assim os direitos sociais assegurados no artigo 157 da Constituição;"

O referido dispositivo evidentemente refere-se à Constituição vigente à época de sua publicação. No entanto, isso não impede sua aplicação. Pois em interpretação conforme ao atual texto constitucional permanece válida a referência aos direitos ou garantias individuais, assim como aos direitos sociais.

Aliás, a carta de 1988 é mais ampla no que se refere a estes direitos, de modo que assim deve ser também interpretada a Lei 1079 de 1950.

Ora, o Ministro do Estado ao demonstrar todo o seu preconceito em considerar que crianças com deficiências "atrapalham" o ensino das demais e que o ensino superior deveria ser para poucos, viola diretamente a proteção constitucional ao direito social à educação, assim como os fundamentos do Estado Democrático de Direito<sup>4</sup>, da cidadania e dignidade da pessoa humana. Também o Sr. Ministro vai de encontro aos objetivos fundamentais da República<sup>5</sup>, baseados na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, bem como fere a promoção do bem de todos, sem quais discriminações.

Com efeito, o Art. 7º, item 9, no presente caso também deve ser interpretado de forma sistemática com o Art. 9º, item 7<sup>6</sup>, também da Lei 1079/1950 que determina que também é crime de responsabilidade agir de maneira incompatível com o decoro e dignidade do cargo.

Ora, as declarações do Ministro do Estado conforme visto são claramente atentatórias ao exercício do cargo que ocupa. Nesse sentido, vale trazer à baila inclusive o que dispõe o código de ética do servidor público federal, que logo em seu primeiro comando determina:

"I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.<sup>7</sup>"

---

<sup>4</sup> Conforme a CF/88 reza em seu "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana (...);"

<sup>5</sup> Conforme a CF/88 reza em seu " Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.."

<sup>6</sup> In verbis "Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração: 7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo".

<sup>7</sup> Anexo do Decreto nº 9191 de 1º de Novembro de 1997;

Veja-se que o Ministro, como servidor público que é, ao externar declarações discriminatórias, segregacionistas e elitistas, atenta contra todos os princípios que norteiam a conduta de um servidor público – o que se dirá de um Ministro de Estado.

Nesse embalo, ainda o Código de Ética determina o dever de cortesia, respeito a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público<sup>8</sup>. Ora, as declarações do Ministro vão em sentido oposto ao Código de Ética, não restando alternativa que não a sua responsabilização. Aliás, sobre a responsabilização de quem comete danos, vale reproduzir a melhor doutrina:

A etimologia da palavra *responder* é localizada no vocábulo latino *respondere*, que por sua vez significa, dentre várias acepções, dizer ou escrever alguma coisa em resposta, objetar, tomar a responsabilidade ou responsabilizar-se por seus atos. *Responder* significa imputar a todos os integrantes da sociedade humana o dever de arcar com as consequências dos atos livremente praticados. Nesse sentido, localiza-se o fundamento da responsabilidade no dever geral de não prejudicar ninguém (*neminem laedere*).<sup>9</sup>

Diante do exposto, as declarações do Ministro revelam que sua impossibilidade de manter-se no cargo. Ao manifestar ideias que vão de encontro ao espírito constitucional, atacando crianças deficientes e defendendo abertamente o retrocesso no que se refere a expansão do ensino universitário o Ministro se torna responsável por incutir tais valores e mentalidades em toda a sociedade, fomentando um clima de animosidade e anomia na sociedade, o que conspira contra a dignidade do cargo que ora ocupa.

### **3. DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer-se:

---

<sup>8</sup> Conforme o Anexo do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal o "XIV (...) -g ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;"

<sup>9</sup> Santana, Héctor Valverde. Dano moral no direito do consumidor -- 3. ed. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019

1. O acolhimento da presente manifestação;
2. Que Vossa Excelência encaminhe denúncia junto ao Supremo Tribunal Federal por **CRIME DE RESPONSABILIDADE** praticado pelo Sr. Ministro da Educação Milton Ribeiro, **PUGNANDO PELA SUA DESTITUIÇÃO DO CARGO E INABILITAÇÃO POR 8 ANOS DE DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**, nos termos da Constituição Federal e da Lei 1079 de 1950.

Brasília, 17 de agosto de 2021.

**MARIA DO ROSÁRIO NUNES**  
Deputada Federal